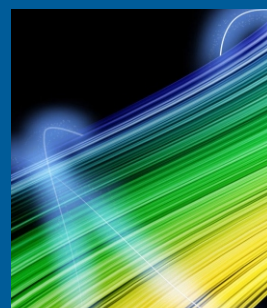


# BOLETIM

DE

## CONJUNTURA INDUSTRIAL

DEZEMBRO 2011





# BOLETIM

DE

## CONJUNTURA INDUSTRIAL

DEZEMBRO 2011

**Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI**

Mauro Borges Lemos

*Presidente*

Maria Luisa Campos Machado Leal

*Diretora*

Clayton Campanhola

*Diretor*

Otávio Silva Camargo

*Chefe de Gabinete*

Rogério Dias de Araújo

*Coordenador*

Carlos Henrique de Mello Silva

*Técnico*

**Supervisão**

Maria Luisa Campos Machado Leal

**Equipe Técnica**

**Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI**

Rogério Dias de Araújo - *Coordenador Inteligência Competitiva*

Carlos Henrique de Mello Silva - *Técnico*

**Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/Unicamp**

Fernando Sarti

*Diretor*

**Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia - NEIT/IE-Unicamp**

Fernando Sarti - *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT-IE-UNICAMP*

Célio Hiratuka - *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT-IE-UNICAMP*

Adriana Marques da Cunha - *Coordenação Executiva*

Beatriz Freire Bertasso - *Coordenação de Informações*

Marcelo Loural - *Pesquisador*

Samantha Cunha - *Pesquisadora*

Marco Antonio Martins da Rocha - *Pesquisador*

## APRESENTAÇÃO

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi criada em dezembro de 2004 com a missão de promover a execução da Política Industrial do Brasil, em consonância com as políticas de Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia (Lei 11.080/2004). Seu principal foco encontra-se em programas e projetos estabelecidos pela política industrial brasileira. A Agência também é parte integrante do Grupo Executivo do Plano Brasil Maior, tendo como responsabilidade não só a articulação e a consolidação de seus programas e ações, como também seu monitoramento.

Com o intuito de acompanhar a evolução da indústria brasileira, a ABDI desenvolve um conjunto de estudos e pesquisas de inteligência industrial que orienta seu trabalho e auxilia o governo brasileiro na definição e desenvolvimento de ações no âmbito da política industrial. Entre eles, o *Boletim de Conjuntura Industrial* que disponibiliza informações e análises sobre a evolução da indústria brasileira, destacando as principais dificuldades enfrentadas e as oportunidades de aceleração de seu desenvolvimento.

O *Boletim de Conjuntura*, com periodicidade trimestral, tem sido desenvolvido em parceria com o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nesta edição, destacam-se, na primeira parte do *Boletim*, a estagnação da economia brasileira e a contração da atividade industrial no terceiro trimestre de 2011, realizado o ajuste sazonal. O Produto Interno Bruto (PIB) ficou estagnado por conta da retração de todos os componentes da demanda interna que anulou o modesto crescimento das exportações,

reflexo, dentre outros fatores, da tímida sustentação da demanda externa. A comparação com os dados trimestrais de 2010 mostra, por sua vez, a desaceleração da expansão da economia e de todos os componentes da demanda agregada, assim como das atividades industrial e de serviços. A formação bruta de capital fixo que havia mantido um crescimento trimestral historicamente superior ao do consumo das famílias, no período de recuperação pós-crise, presenciou a superação de seu crescimento pelo do consumo das famílias no terceiro trimestre do ano corrente, comparando com igual período do ano passado. Houve, mesmo assim, aumento da taxa de investimento no terceiro trimestre, de cuja sustentação certamente depende o futuro da economia e da indústria brasileira. Acompanhando as tendências citadas, ocorreu perda de dinamismo da geração de emprego industrial. A segunda parte do *Boletim* busca detalhar o comportamento dos investimentos diretos externos (IDE), enfatizando o aumento dos projetos *greenfield* recebidos pelo Brasil a despeito da crise internacional. Também, destaca que os investimentos recebidos vêm apresentando menor participação de Fusões e Aquisições do que no passado e isso indica maior contribuição do investimento estrangeiro para a formação bruta de capital fixo. A despeito da crise internacional, espera-se que o Brasil continue recebendo volumes importantes de investimento em razão das buscas das empresas estrangeiras por mercado em expansão fora do eixo dos países centrais. Abre-se, portanto, uma janela de oportunidade para que a política industrial induza maiores efeitos positivos desse novo ciclo de investimentos estrangeiros.

## DESEMPENHO DA ECONOMIA E DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2011

A economia brasileira ficou estagnada e a atividade industrial sofreu contração no terceiro trimestre de 2011. Dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN/IBGE) evidenciaram a estagnação do Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado na comparação do terceiro trimestre

de 2011 com o segundo trimestre, em série livre de efeitos sazonais (Tabela 1). Tanto a indústria brasileira quanto a atividade de serviços apresentaram retração (respectivamente, -0,9% e -0,3%), anulando o crescimento da agropecuária (3,2%) no mesmo período.

**Tabela 1 - Taxa de Variação do PIB por Atividades e por Componentes da Demanda (I/2011 a III/2011) (em %)**

	Taxa trimestral contra trimestre imediatamente anterior(*)			Taxa trimestral contra mesmo trimestre do ano anterior			Taxa acumulada nos últimos quatro trimestres		
	I 2011	II 2011	III 2011	I 2011	II 2011	III 2011	I 2011	II 2011	III 2011
Agropecuária	3,6	(0,6)	3,2	3,3	(0,6)	6,9	5,4	2,4	2,7
Indústria	1,8	0,2	(0,9)	3,8	2,1	1,0	7,8	4,9	2,9
Extrativa Mineral	-	-	-	3,3	3,0	2,7	10,8	8,0	5,4
Transformação	-	-	-	2,9	1,7	(0,6)	6,8	3,9	1,7
Construção Civil	-	-	-	5,5	2,3	3,8	9,3	5,8	4,4
Eletricidade, gás e água	-	-	-	5,0	3,4	4,0	7,1	5,4	4,4
Serviços	0,5	0,8	(0,3)	4,0	3,7	2,0	4,9	4,4	3,6
PIB a preço básico	0,8	0,7	(0,1)	3,9	2,9	2,0	5,7	4,4	3,3
PIB a preços de mercado	0,8	0,7	0,0	4,2	3,3	2,1	6,3	4,9	3,7
Despesa de consumo das famílias	0,5	0,5	(0,1)	6,0	5,6	2,8	6,4	6,2	5,4
Consumo da administração pública	0,3	1,9	(0,7)	1,8	3,5	1,2	3,9	3,3	2,3
Formação bruta de capital fixo	1,3	1,3	(0,2)	8,8	6,2	2,5	16,3	11,5	7,0
Exportação de bens e serviços	(2,8)	2,3	1,8	4,0	6,2	4,1	9,0	8,7	6,8
Importação de bens e serviços (-)	(1,1)	5,3	(0,4)	13,4	14,8	5,8	28,8	23,0	14,5

(\*) Com ajuste sazonal.

Nota: Os dados incorporam a revisão da série histórica realizada e divulgada pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados analisados nos boletins de conjuntura industrial anteriores. Dados do 3º trimestre de 2011 são preliminares.

Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

Utilizando como base de comparação o ano de 2010, confirmou-se o movimento de desaceleração do crescimento da economia e da indústria brasileira no período de julho a setembro de 2011. O produto interno a preços de mercado

aumentou 2,1% no terceiro trimestre do ano corrente em relação ao mesmo período do ano passado, o que contrastou com a elevação de 4,2% no primeiro trimestre e de 3,3% no segundo trimestre de 2011 (Tabela 1). Foi possível

também perceber a desaceleração da economia brasileira ao se observar a variação do PIB acumulada em doze meses, terminados em setembro de 2011 (para 3,7%).

Por sua vez, a indústria brasileira apresentou perda de dinamismo ao longo dos últimos trimestres, atingindo um tímido crescimento de 1,0% no terceiro trimestre de 2011, comparado ao mesmo período de 2010 (Tabela 1). Para tal comportamento, contribuiu o desempenho negativo da indústria de transformação que sofreu contração no mesmo período (-0,6%), eliminando parte do crescimento apresentado pelas demais atividades industriais como a extrativa mineral (2,7%). A atividade de serviços também confirmou a tendência de desaceleração de seu crescimento nos últimos trimestres, atingindo a taxa de variação de 2,0% no terceiro trimestre de 2011 em relação ao mesmo trimestre de 2010. O único setor com comportamento destoante foi a agropecuária que havia apresentado contração no segundo, porém logrou apresentar recuperação, atingindo um importante crescimento de 6,9% na comparação com igual trimestre de 2010.

O movimento de desaceleração pode ser confirmado para todas as atividades industriais e para os serviços também no acumulado em doze meses findos em setembro de 2011. Novamente, a exceção encontrou-se com a agropecuária que conseguiu, embora de forma modesta, aprimorar seu desempenho positivo no mesmo período, revertendo a tendência de desaceleração observada no acumulado em quatro trimestres terminados em março e junho de 2011.

O desempenho recente dos serviços torna-se bastante preocupante, considerando que a atividade reflete diretamente o comportamento da demanda interna, pois encontra-se menos exposta à concorrência internacional. O comportamento da indústria brasileira emite os mais importantes sinais de alerta, considerando que a atividade industrial certamente apresenta um superior potencial de estímulo às demais atividades econômicas com significativos efeitos de encadeamento para o restante da economia brasileira.

A demanda interna, principal pilar de sustentação do crescimento da economia brasileira recente, apresentou retração em todos os seus componentes (incluindo as importações) no terceiro comparado ao segundo trimestre de 2011, realizado o ajuste sazonal (Tabela 1). Tal comportamento do conjunto dos componentes da

demanda agregada interna acabou por anular o modesto crescimento das exportações (1,8%) no mesmo período, levando a uma estagnação do produto interno brasileiro.

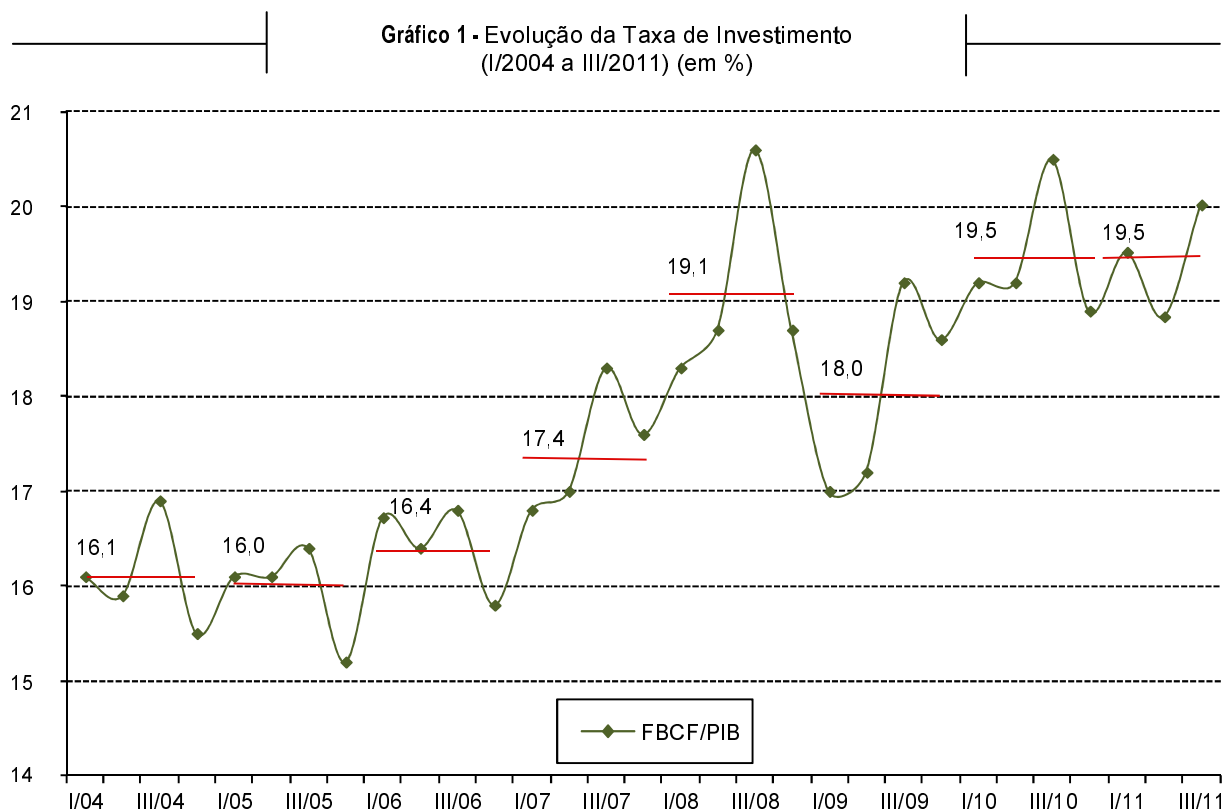
Analisando a taxa trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, observa-se que o crescimento do consumo das famílias, da formação bruta de capital fixo e do consumo da administração pública desacelerou para, respectivamente, 2,8%, 2,5% e 1,2%. A formação bruta de capital fixo que havia mantido um crescimento trimestral superior ao crescimento do consumo das famílias, especialmente no período de recuperação pós-crise, presenciou a redução da diferença entre as duas taxas do primeiro para o segundo trimestre de 2011 e, no momento seguinte, a superação de seu crescimento pelo do consumo das famílias no terceiro trimestre do ano corrente. Por sua vez, o consumo da administração pública havia-se intensificado no segundo trimestre (para 3,5%), mas voltou a perder dinamismo no terceiro trimestre de 2011. O mesmo comportamento pôde ser observado para as importações que haviam crescido 14,8% no segundo trimestre, porém sofreram desaceleração do crescimento para 5,8% no terceiro trimestre de 2011.

A demanda externa, representada pelas exportações, tem apresentado grande dificuldade de recuperação, considerando, principalmente, a incerteza e a lentidão da retomada dos principais mercados consumidores desenvolvidos. Tais fatores, decerto, contribuíram para a desaceleração da taxa de crescimento das exportações brasileiras para 4,1% no terceiro trimestre de 2011, mantendo sua trajetória de crescimento em nível inferior ao das importações desde o primeiro trimestre de 2010. Como destacado no Boletim de Conjuntura Industrial de setembro de 2011, a elevação das importações tem sido mais acentuada do que a das exportações tanto na comparação com 2010 quanto no acumulado em doze meses. Cabe notar, no entanto, que as exportações lograram apresentar crescimento (1,8%), mesmo que modesto, no terceiro comparado ao segundo trimestre de 2011, com ajuste sazonal, enquanto as importações apresentaram redução (-0,4%) no mesmo período, acompanhando a contração dos demais componentes da demanda interna.

A combinação do comportamento da formação bruta de capital fixo com o desempenho do PIB a preços de mercado refletiu-se no aumento da taxa de investimento para 20% no terceiro trimestre de 2011, atingindo, no ano corrente, a

mesma média anual observada no ano passado (19,5%) (Gráfico 1). A confirmação de um movimento ascendente da taxa de investimento torna-se fundamental para garantir um desempenho mais virtuoso da economia e da indústria brasileira. Os investimentos tendem a ser positivamente afetados por novos fatores nos próxi-

mos períodos, como a continuidade da política de redução de juros, além das medidas anunciadas e incluídas no Plano Brasil Maior (MDIC, Plano 2011-2014), que devem contribuir para estimular a recuperação da economia e da indústria brasileira.



Nota: Os dados incorporam a revisão da série histórica realizada e divulgada pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados analisados nos boletins de conjuntura industrial anteriores. Dados do 3º trimestre de 2011 são preliminares.

Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

A indústria brasileira também apresentou preocupante perda de dinamismo no terceiro trimestre de 2011, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF/IBGE). Houve intensificação da desaceleração do crescimento da produção industrial brasileira no acumulado dos últimos doze meses findos em setembro de 2011 para 5,1% na indústria extrativa, 2,3% na de transformação e 2,5% na indústria geral (Tabela 2). Cotejando dados do terceiro trimestre de 2011 com os de mesmo período de 2010, observou-se estagnação da produção física da indústria brasileira, resultante da combinação do encolhimento da indústria de transformação (-0,1%) e do modesto crescimento da indústria extrativa (0,2%).

Comparando o terceiro trimestre de 2011 com o trimestre imediatamente anterior, observou-se a contração da produção física da indústria de transformação (-1,0%) e, conseqüentemente, da indústria geral (-0,8%). O último dado disponível do mês de outubro de 2011 mostra que a produção da indústria geral reduziu-se ainda mais (-2,2%) do que no mês de setembro (-1,6%) na comparação com os mesmos meses de 2010. A produção industrial também apresentou contração (-0,6%) no mês de outubro comparado ao de setembro de 2011, feito o ajuste sazonal. Assim sendo, as últimas taxas disponíveis de variação mensal da produção física da indústria brasileira mostram a continuidade do movimento de retração da produção industrial.



**Tabela 2 - Taxa de Variação da Produção Industrial Brasileira (IV/2010 a III/2011) (em %)**

<b>Atividades</b>	<b>IV 2010</b>	<b>I 2011</b>	<b>II 2011</b>	<b>III 2011</b>
<b>Taxa de variação acumulada nos últimos quatro trimestres</b>				
<b>Indústria Geral</b>	<b>10,5</b>	<b>6,9</b>	<b>3,7</b>	<b>2,5</b>
Indústria Extrativa	13,4	9,6	6,8	5,1
Indústria de Transformação	10,3	6,8	3,5	2,3
<b>Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior</b>				
<b>Indústria Geral</b>	<b>3,3</b>	<b>2,8</b>	<b>0,6</b>	<b>0,0</b>
Indústria Extrativa	10,2	3,3	2,8	0,2
Indústria de Transformação	2,9	2,7	0,5	(0,1)
<b>Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)</b>				
<b>Indústria Geral</b>	<b>0,3</b>	<b>1,3</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(0,8)</b>
Indústria Extrativa	0,5	(1,5)	1,2	0,2
Indústria de Transformação	0,1	1,9	(0,9)	(1,0)

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

Observando a evolução da produção industrial por categorias de uso, destaca-se o desempenho do setor de bens de capital que, apesar de também apresentar redução no ritmo de atividade, mostrou desempenho bastante superior aos das demais categorias. O movimento de desaceleração da expansão da produção de bens de capital ficou evidente na variação acumulada em doze meses terminados em setembro de 2011 (Tabela 3). Mesmo considerando a perda de dinamismo de sua produção no acumulado em doze meses, os bens de capital conseguiram diferenciar-se das demais categorias de uso, inclusive na comparação com dados de produção do ano passado, pois constituíram a única categoria a apresentar variação positiva e crescente no terceiro trimestre de 2011 comparado ao terceiro trimestre de 2010 (4,1%). Além disso, a produção de bens de capital também conseguiu crescer, embora de forma bem modesta, no terceiro em relação ao segundo trimestre de 2011, com ajuste sazonal (0,6%). O último dado disponível referente ao mês de outubro mostrou, no entanto, contração da produção de bens de capital na comparação com o mês de setembro de 2011 (-1,8%), apesar de atenuar o comportamento negativo observado em setembro com relação a agosto de 2011 (-6,4%) também feito o ajuste sazonal (PIM-PF/IBGE). Confirma-se, portanto, a preocupação com a desaceleração sofrida pela produção física dos bens de capital que, certamente, reflete as dificulda-

des enfrentadas pelos investimentos e acirramento da concorrência de produtos importados, os quais têm crescentemente disputado o mercado interno com a produção brasileira.

O comportamento dos bens de consumo duráveis tem reagido de forma mais intensa à retração e à recuperação da atividade econômica, revelando sua grande dependência das expectativas empresariais e do desempenho do crédito e da demanda interna. Houve, claramente, desaceleração do crescimento da produção física de bens duráveis, observando a evolução das variações acumuladas em doze meses (Tabela 3). Além disso, observou-se queda na comparação do terceiro trimestre de 2011 com o mesmo período de 2010 (-2,2%) e com o segundo trimestre de 2011 (-2,2%) (Tabela 3). No mês de outubro de 2011, notou-se elevação da produção dos bens duráveis frente a setembro do mesmo ano (2,4%), com ajuste sazonal (PIM-PF/IBGE), o que significou uma recuperação marginal do comportamento negativo observado nos meses de julho (-4,3%) e de agosto (-8,8%) de 2011. As recentes medidas adotadas pelo governo brasileiro de redução dos impostos cobrados sobre eletrodomésticos de linha branca e sobre empréstimos a pessoas físicas – facilitando operações de crédito para compra de automóveis, por exemplo – poderão contribuir para a recuperação da produção de bens duráveis em futuro próximo.

**Tabela 3 - Taxa de Variação da Produção Industrial por Categorias de Uso (IV/2010 a III/2011) (em %)**

<b>Categorias de uso</b>	<b>IV 2010</b>	<b>I 2011</b>	<b>II 2011</b>	<b>III 2011</b>
<b>Taxa de variação acumulada nos últimos quatro trimestres</b>				
Bens de capital	20,9	16,6	9,5	5,5
Bens intermediários	11,4	7,3	3,7	1,4
Bens de consumo duráveis	10,3	5,5	1,9	0,8
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	5,3	3,4	1,9	0,6
<b>Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior</b>				
Bens de capital	7,1	8,6	2,6	4,1
Bens intermediários	3,9	1,8	0,5	(0,4)
Bens de consumo duráveis	1,5	5,1	(1,0)	(2,2)
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	1,7	1,1	(0,1)	(0,1)
<b>Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)</b>				
Bens de capital	0,8	4,5	(1,3)	0,6
Bens intermediários	(0,1)	0,7	0,2	(1,1)
Bens de consumo duráveis	2,5	4,5	(6,6)	(2,2)
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	(0,1)	1,3	(1,3)	0,1

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

Por sua vez, os bens de consumo semiduráveis e não duráveis têm apresentado variações menos acentuadas ao longo do tempo. Embora não tenham sido afetados de forma tão intensa pela restrição ao crédito, alguns setores dentro do segmento estão sofrendo mais diretamente os efeitos da competição internacional. Sua produção física ficou praticamente estagnada no terceiro trimestre de 2011, pois houve ligeira redução na comparação com o mesmo período de 2010 (-0,1%) e tímido aumento frente ao segundo trimestre de 2011 (0,1%), retirando os efeitos sazonais (Tabela 3). A evolução das variações da produção física de bens semiduráveis e não duráveis acumuladas em doze meses mostra também desaceleração como no caso dos bens duráveis. O último dado mensal disponível (outubro) mostrou retração da produção física de bens semiduráveis e não duráveis com relação ao mês de setembro de 2011 (-1,3%), com ajuste sazonal (PIM-PF/IBGE).

Chama atenção, portanto, o desempenho negativo da produção de bens de consumo em contexto de crescimento do gasto das famílias, embora em ritmo mais modesto. Há um desequilíbrio entre o consumo doméstico e a produção industrial de bens de consumo, principalmente, associado ao incremento da concorrência com produtos importados (Boletim de Conjuntura Industrial de setembro de 2011). Tal desequi-

líbrio tem sustentado a preocupação do governo e da indústria brasileira com a transferência do estímulo da demanda interna para a produção de outros países, estimulando a adoção de medidas de incentivo ao crédito e às vendas de bens de consumo produzidos em território nacional.

No caso dos bens intermediários, o segmento tem sentido a redução da atividade interna, assim como a contração da demanda externa por insumos básicos e produtos primários, associada a um cenário internacional ainda bastante incerto. Nesse sentido, notou-se a perda de ritmo da produção de bens intermediários na evolução das variações acumuladas em quatro trimestres (Tabela 3). Ademais, verificou-se uma reversão do comportamento positivo da produção física de bens intermediários, considerando a contração de sua produção no terceiro trimestre de 2011 comparado ao mesmo período de 2010 (-0,4%) e ao segundo trimestre de 2010 (-1,1%), em série livre de flutuações sazonais. Os dados mensais confirmam o comportamento negativo da produção de bens intermediários no mês de outubro em relação a setembro (-0,5%) como havia sido observado em grande parte dos meses precedentes de 2011 (PIM-PF/IBGE).

A análise da variação da produção física por atividade industrial permite destacar que, dentre os 27 setores analisados pela PIM-PF/IBGE,

grande parte (15) apresentou encolhimento ou estagnação de produção física no terceiro trimestre de 2011 com relação ao mesmo período de 2010. Muitos dos setores industriais incluídos nesse grupo intensificaram o movimento de contração existente em período precedente ou, até mesmo, reverteram um comportamento previamente positivo. Somente um dos setores do grupo conseguiu reduzir o encolhimento de sua produção, embora mantendo variação negativa no trimestre analisado. Dentre as atividades que sofreram estagnação, encontram-se os setores extrativistas (0,2%), de alimentos (0,6%) e de celulose e papel (0,1%).

Os demais setores industriais incluídos na pesquisa do IBGE (12) apresentaram crescimento de sua produção física no mesmo período. Dentre os últimos, a maioria (7) atingiu taxas de crescimento reduzidas (1% a 4%), como veículos automotores, máquinas e equipamentos e máquinas para escritório e equipamentos de informática (1% a 2%). Somente dois setores industriais vivenciaram expressiva expansão de produção no período analisado: fumo (35,9%) e setor de edição, impressão e reprodução de gravações (12,2%). Eles foram seguidos por outros equipamentos de transporte (7,1%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (6,9%) e mobiliário (6,0%).

Sendo assim, poucos setores industriais brasileiros apresentaram crescimento significativo de sua produção física no terceiro trimestre de 2011 comparado ao mesmo período de 2010. Além disso, os setores mais relevantes da indústria brasileira apresentaram um desempenho bastante medíocre em termos de produção física no mesmo período, como é o caso dos setores extrativo e automotivo, bem como de máquinas e equipamentos. A queda expressiva da fabricação de veículos, reflexo de paralisações de montadoras para compensar estoques elevados, explica grande parte do resultado decepcionante da produção industrial brasileira no último trimestre analisado.

A comparação do desempenho da produção física por setores industriais no terceiro em relação ao segundo trimestre de 2011, eliminando as influências sazonais, permitiu constatar crescimento mais significativo para somente cinco setores da pesquisa do IBGE. Dentre eles, os únicos que apresentaram um crescimento de fato relevante foram o setor de fumo (21,2%), repetindo o comportamento virtuoso do segundo

em relação ao primeiro trimestre do ano, e o setor de edição, impressão e reprodução de gravações (10,7%), cujo crescimento marginal foi também inédito na série histórica do setor. Os demais setores industriais incluídos na pesquisa (22 setores) sofreram retração ou modesto crescimento de sua produção física no período citado. Novamente, observou-se um comportamento marginal bastante tímido (0,5% a 1,5%) para relevantes setores da indústria brasileira como o de veículos automotores e de máquinas e equipamentos.

Em suma, confirma-se a perda de ritmo ou mesmo a retração da produção física da maioria dos setores industriais brasileiros inclusos na pesquisa do IBGE no terceiro trimestre de 2011. Alguns setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que haviam liderado a expansão industrial no período de recuperação pós-crise mundial, concretizaram a perda recente de dinamismo da indústria brasileira. As medidas de restrição ao crédito, que atualmente estão sendo revistas e modificadas pelo governo brasileiro, contribuíram para a desaceleração do crescimento da indústria brasileira, assim como a valorização da moeda nacional em contexto de intensificação da concorrência internacional.

No tocante à evolução do emprego industrial, confirmou-se o movimento de desaceleração também observado na produção física. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE)<sup>1</sup> mostram geração líquida de quase 129 mil postos de trabalho no terceiro trimestre de 2011 (Tabela 4). Esse número, contudo, é significativamente menor do que o apresentado nos terceiros trimestres de 2008, 2009 (quando se mostravam os primeiros sinais de recuperação da crise) e 2010. Em termos relativos, no período de julho a setembro de 2011 foram gerados 37% menos empregos formais do que no mesmo período de 2010. A mesma proporção mantém-se para a criação de emprego nos nove primeiros meses do ano: 374 mil empregos gerados de janeiro a setembro de 2011 contra 589 mil no mesmo período de 2010.

<sup>1</sup> O CAGED/MTE apresenta os resultados de todas as empresas que realizaram contratação/desligamento de empregados formais no período pesquisado, tendo, então, cobertura censitária, enquanto a PIMES/IBGE tem cobertura amostral, incluindo empresas com cinco funcionários ou mais. Assim, podem-se encontrar tendências divergentes nas duas fontes de dados utilizadas principalmente em setores com predomínio de pequenas e médias empresas.

**Tabela 4 - Criação de Vagas e Massa Salarial das Contratações Líquidas na Indústria Brasileira (I/2008 a III/2011)**

Ano	Criação de Vagas				Massa de Salários de Contratações Líquidas (em R\$ mil de dez/10*)			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2008	153.090	167.668	193.793	(348.295)	69.627	63.471	67.494	(372.616)
2009	(146.761)	2.578	203.323	(52.009)	(308.501)	(153.828)	37.893	(105.773)
2010	199.187	186.139	203.873	(111.408)	104.290	76.794	92.038	(147.372)
2011	127.798	117.211	128.704	-	46.400	41.794	26.054	-

Nota: \* Dados deflacionados pelo IPCA (IBGE).

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/MTE.

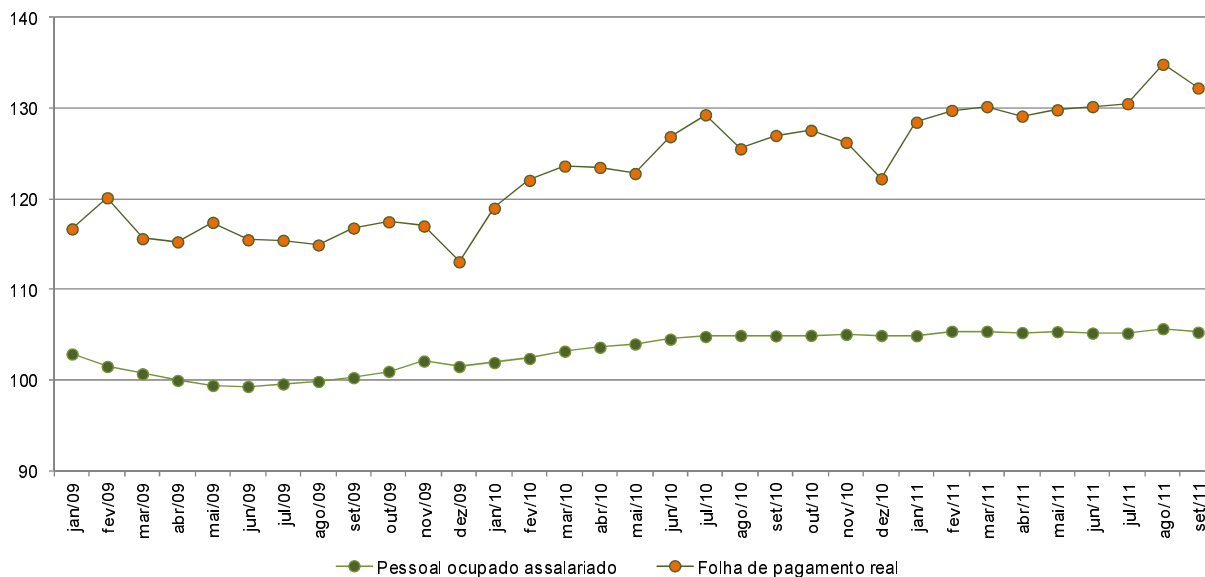
Dos mais de 128 mil empregos gerados no terceiro trimestre de 2011, quase a metade deve-se ao setor de alimentos e bebidas (61 mil) o qual mostrou desempenho superior ao atingido nos três meses anteriores, quando tinha gerado menos de 30 mil postos de trabalho. Tal setor comportou-se, no entanto, de modo semelhante nos últimos anos, mostrando que esse crescimento no terceiro trimestre tem um componente sazonal relevante. O movimento mais intenso de desaceleração foi observado no setor de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, com a criação de oito mil postos de trabalho entre julho e setembro contra 21 mil nos três meses anteriores. Esse movimento também se assemelha ao observado em 2010, evidenciando uma vez mais a sazonalidade. Nos demais setores, não há tendência alguma que se observe distante do comportamento médio da indústria (desaceleração) ou de comportamentos tipicamente sazonais.

Com relação à massa salarial de contratações líquidas na indústria brasileira, a desaceleração é ainda mais evidente. O terceiro trimestre de 2011 apresentou um incremento líquido de R\$ 26 milhões na massa de salários pagos na indústria brasileira, valor significativamente menor do que o mostrado nos dois trimestres anteriores e nos terceiros trimestres dos últimos três anos (2008-2010). O incremento do terceiro trimestre de 2011 foi 71% menor do que o apresentado no mesmo trimestre do ano passado. No acumulado dos primeiros nove meses de 2011, o desempenho da massa salarial foi 58% inferior ao do período de 2010. Destaca-se, então, a desaceleração da massa salarial da indústria brasileira, indicando que os postos de trabalho gerados têm mantido, em geral, remuneração inferior.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES/IBGE) reforçam algumas das conclusões destacadas sobre emprego e salário industrial. Enquanto no terceiro trimestre de 2010 houve um aumento de 5,1% no pessoal ocupado na indústria brasileira em relação ao mesmo período de 2009, no terceiro trimestre de 2011, o aumento foi de apenas 0,5%. Na comparação dos períodos de janeiro a setembro de cada ano, também se observa desaceleração de 3,4% em 2010 para 1,5% em 2011. Os dados indicam claramente que, apesar da desaceleração ser evidente durante o acumulado no ano de 2011, ela foi ainda mais acentuada no terceiro trimestre. O índice de pessoal ocupado na indústria brasileira, após um movimento de elevação até a metade de 2010, permaneceu praticamente estagnado em 2011, o que reforça as observações anteriores acerca do emprego industrial (Gráfico 2).

Com relação à folha de pagamento, nota-se um importante ganho no início de 2011 seguido pela estagnação até julho do mesmo ano. Em agosto, houve outro aumento, porém imediatamente seguido por uma queda em setembro. Considerando os limites de um período de tempo mais longo (janeiro de 2009 a setembro de 2011), observa-se que a recuperação da massa salarial foi mais vigorosa do que a do emprego industrial, revelando, nesse caso específico, tendência divergente da encontrada com base em dados CAGED. Esta divergência pode ser explicada pelo comportamento observado no conjunto de empresas menores (com menos de cinco funcionários) inclusas nos dados CAGED, que provavelmente evidenciaram com maior intensidade a retração do salário médio.

**Gráfico 2 - Evolução da Folha de Pagamento Real e do Pessoal Ocupado na Indústria Brasileira (jan/2009 a set/2011) (em números-índice)**



Nota: Janeiro/2001 = 100.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES)/IBGE.

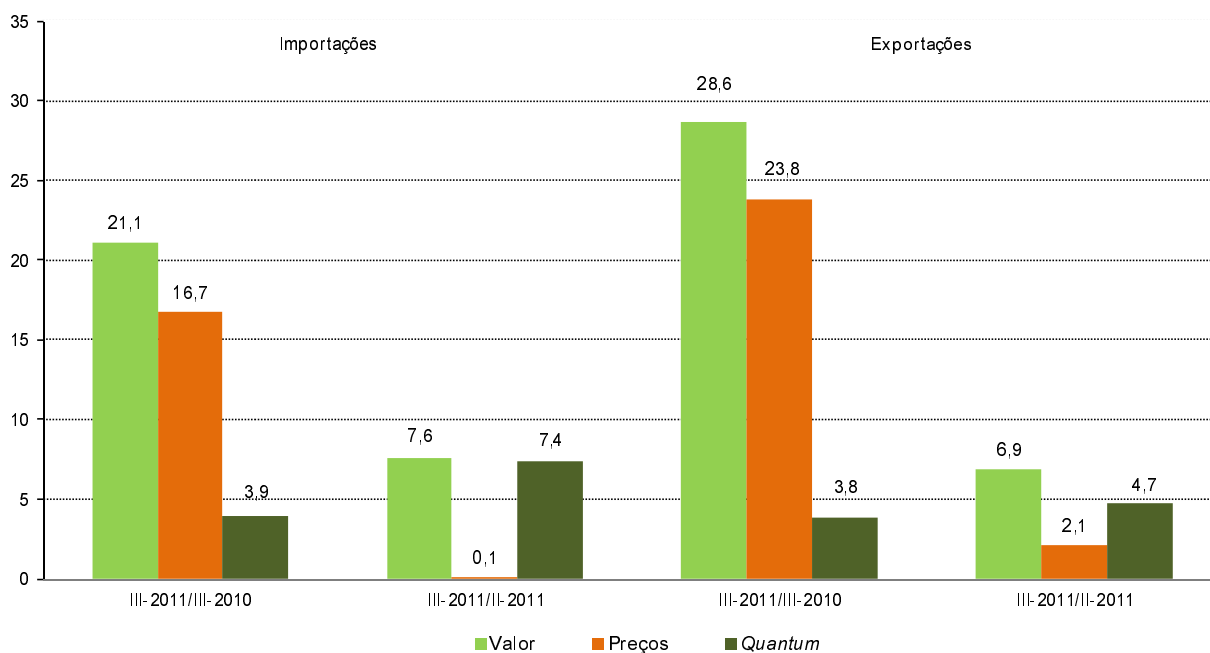
Os dados tanto do CAGED quanto da PIMES mostram, portanto, a tendência à desaceleração da geração de empregos na indústria brasileira no terceiro trimestre de 2011, confirmando movimento observado nos trimestres anteriores.

O conjunto de dados e de informações analisadas evidenciou os sinais recentes de estagnação da economia brasileira, associados ao comportamento negativo dos distintos componentes da demanda interna. Na comparação com dados do ano passado, confirmou-se a tendência de desaceleração, que não conseguiu, todavia, obscurecer a importância dos investimentos para a economia e a indústria brasileira. A elevação da taxa de investimento pode ser apontada como um elemento positivo e certamente fundamental de incentivo à produção e ao emprego industrial. A indústria brasileira, por sua vez, continuou enfrentando a perda de dinamismo do crescimento de sua produção física na comparação com o ano passado, inclusive apresentando contração no terceiro trimestre de 2011. O desaquecimento da geração de emprego formal acompanhou o comportamento da produção industrial no período analisado. O movimento de desaceleração faz-se acompanhar da preocupante elevação das importações e da confirmação de dificuldades enfrentadas

pelo comércio externo brasileiro, que, no entanto, tem apresentado retomada de seu saldo positivo.

O saldo comercial brasileiro foi de US\$ 10 bilhões no terceiro trimestre de 2011, mais do que duplicando o superávit comercial atingido no mesmo trimestre de 2010 (FUNCEX). Esse expressivo crescimento no terceiro trimestre do ano corrente, comparado ao mesmo período do ano passado, foi resultado da superioridade do comportamento ascendente das exportações (28,6%) com relação ao movimento positivo das importações (21,1%) no mesmo período (Gráfico 3). O aumento dos valores exportados no período analisado foi liderado pela expansão dos preços (23,8%), com menor peso do *quantum* exportado (3,8%). A observação das exportações por categorias de uso permite concluir que o incremento dos valores exportados foi puxado pelos combustíveis (64,4%) e bens intermediários (30,9%), ambos aproveitando a expressiva elevação de seus preços de exportação no mesmo período (respectivamente, 46,1% e 22,0%) (FUNCEX).

**Gráfico 3 -Taxa de Variação das Exportações e das Importações: valor, *quantum* e preço (em %)**



Fonte: FUNCEX a partir de dados da SECEX.

A expansão dos valores importados também foi alavancada pela elevação dos preços dos produtos importados (16,7%) com menor contribuição das quantidades importadas (3,9%) no terceiro trimestre de 2011, comparado ao mesmo trimestre de 2010 (Gráfico 3). Todas as categorias de uso apresentaram elevação de importações no período citado, com destaque tanto para os combustíveis (39,0%), exclusivamente por conta da elevação de seus preços de importação (48,5%) considerando o encolhimento da quantidade importada, quanto para os bens de consumo não duráveis (29,5%) e duráveis (28,1%) que, ao contrário dos combustíveis, apresentaram aumentos relevantes de suas quantidades importadas (20,2% e 22,5% respectivamente) com reduzida participação dos preços de importação (FUNCEX). Esse comportamento das importações dos bens de consumo confirma o transbordamento da demanda interna, mesmo em trajetória de desaceleração, para a produção estrangeira, reforçando as dificuldades enfrentadas pela produção doméstica frente ao acirramento da concorrência externa e à valorização cambial.

Por sua vez, a importação de bens de capital deve ser analisada com mais cuidado, conside-

rando que tal categoria de uso apresentou reduzida contribuição (1,9%) aos valores importados no período analisado, sendo exclusivamente liderada pelo aumento de preços dos produtos importados (6,3%) dada a redução da quantidade importada (-4,7%) (FUNCEX). Em tal caso, a desaceleração dos distintos componentes da demanda interna, principalmente da formação bruta de capital fixo, acabou refletindo-se de forma mais evidente no comportamento das importações dos bens de capital, estreitamente associado ao desempenho dos investimentos.

As importações brasileiras tendem a manter-se em níveis relativamente elevados, mesmo considerando que a desaceleração do crescimento da demanda interna e da produção industrial brasileira deva contribuir para o desestímulo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro. Isso porque se deve contar tanto com a agressividade na comercialização internacional de diversos produtos, sobretudo por parte de produtores asiáticos diante da incerteza referente à retomada do crescimento econômico nos países desenvolvidos, quanto com a manutenção da moeda nacional relativamente valorizada. Persiste, portanto, a preocupação com a substituição da produção doméstica por importações

que certamente contribuem para afetar, de forma negativa, as decisões de investimento em expansão de capacidade produtiva.

Em resumo, os dados analisados nesta seção do boletim destacam a perda de dinamismo da produção industrial brasileira, frutos da desaceleração do crescimento dos principais componentes da demanda interna, como o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo, somada à lentidão da recuperação da demanda externa dos principais mercados consumidores desenvolvidos. Embora a demanda doméstica ainda mantenha um desempenho positivo, mesmo que bem mais modesto, a produção industrial brasileira tem sido muito prejudicada pelas importações dos mais variados tipos de bens produzidos externamente, incentivada, por sua vez, pelo acirramento da concorrência internacional e pelo câmbio valorizado.

Em termos de perspectiva, os fatores que tendem a afetar o cenário internacional e nacional precisam ser destacados por sua importância para a indústria e a economia brasileira. Alguns deles podem vir a contribuir para a recuperação de uma trajetória de crescimento da indústria brasileira. A estagnação ou mesmo a recessão em economias centrais não pode ser descartada, refletindo-se nas previsões pessimistas de crescimento da economia mundial e, especificamente, da economia brasileira para os próximos anos. O governo brasileiro apresentou,

entretanto, um conjunto de estímulos aos investimentos, à inovação, ao comércio exterior e à defesa do mercado interno brasileiro por meio do anúncio do Plano Brasil Maior (agosto de 2011), os quais poderão causar impactos positivos sobre a indústria brasileira, ajudando a mitigar o ambiente de desaceleração da expansão da atividade industrial. Não se pode esquecer da tendência de contração dos juros que poderá resultar em uma relação câmbio-juros relativamente mais favorável à atividade industrial e ao investimento produtivo. Por fim, o governo brasileiro tem adotado uma série de medidas voltadas à remoção das restrições ou mesmo ao estímulo ao crédito ao consumidor, assim como à redução de impostos sobre vendas de alguns bens de consumo produzidos internamente. Poderá, assim, revitalizar o consumo e contribuir para impedir uma desaceleração mais intensa ou mesmo estimular uma recuperação da indústria e da economia brasileira.

Embora nos próximos meses a atividade industrial deva continuar reduzida, é possível que as políticas de estímulo à demanda possam gerar um reaquecimento da economia ao longo de 2012. O grande desafio será atrelar novamente a demanda interna com a oferta industrial doméstica as quais mostraram sinais de descolamento ao longo de 2011 em razão do cenário internacional adverso.

## INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS *GREENFIELD* NO PERÍODO RECENTE

Os fluxos mundiais de IDE apresentaram forte retração nos últimos anos, por conta dos efeitos da crise internacional. Passada a intensa reversão dos fluxos de investimento direto externo (IDE), iniciada em 2008 e sentida com mais força em 2009, em função da crise financeira internacional, os dados de 2010 começaram a mostrar sinais de retomada. O fluxo de IDE global, entretanto, fechou o ano de 2010 ainda 37% abaixo do pico de 2007, com um valor total de US\$ 1244 bilhões. Embora os fluxos tenham sofrido aumento de 5% em relação ao ano anterior e o estoque de IDE global tenha atingido US\$ 19 trilhões, as estimativas do World Investment Report 2011 (WIR 2011) da UNCTAD são cautelosas para os próximos anos. Segundo a organização, os fluxos de IDE deverão superar o patamar pré-crise somente dentro de dois ou três anos.

Apesar desse cenário internacional adverso para IDE mundial, a economia brasileira vem mantendo um volume bastante elevado de IDE, inclusive registrando sucessivos recordes no período recente.

Considerando os dados desde os anos 1990, observa-se que o Brasil passou por um ciclo de elevação de IDE a partir da segunda metade daquela década, resultado em grande medida da entrada de empresas estrangeiras no processo de privatizações (Gráfico 1). Em termos percentuais, o volume de IDE recebido pelo Brasil chegou a atingir mais de 4% do total mundial em 1998. A partir do início dos anos 2000, tanto os fluxos quanto a participação relativa nos fluxos globais voltaram a apresentar tendência de queda. Em 2004, observou-se novamente o início de um novo ciclo de crescimento de investimentos

estrangeiros, que se acelerou a partir de 2007, quando a participação relativa do Brasil nos fluxos mundiais passou também a crescer.

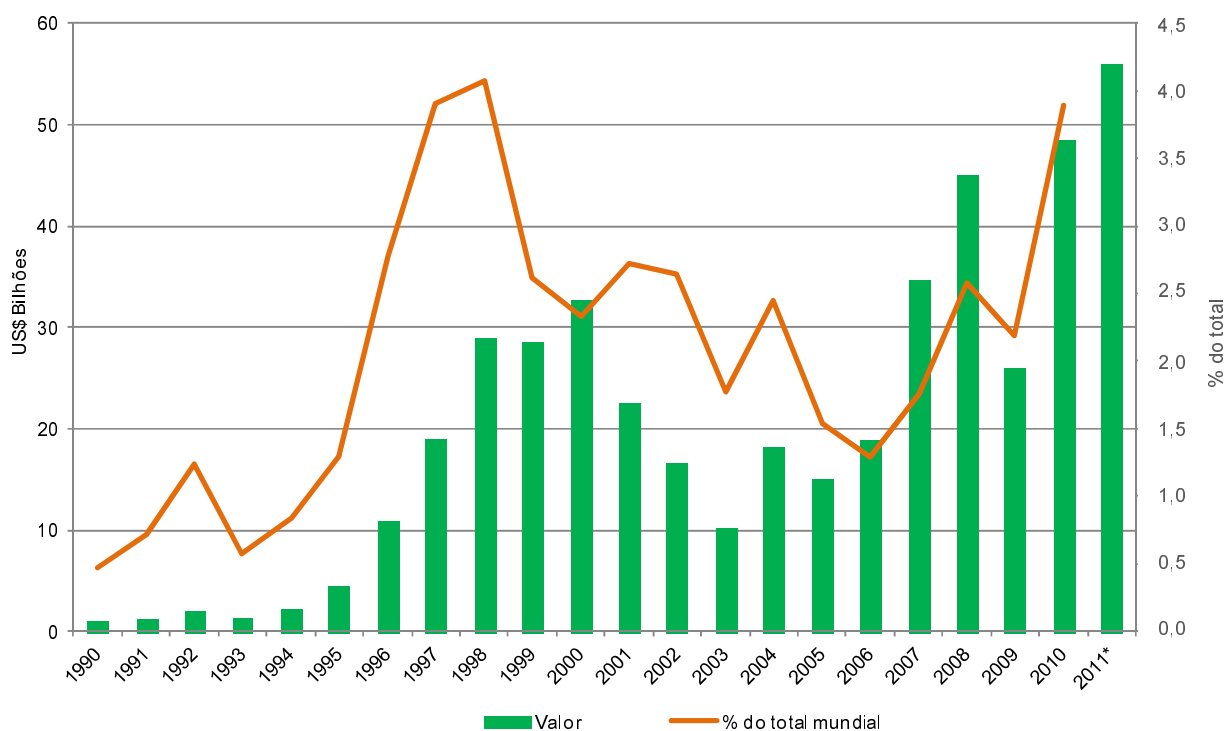
Apesar dos impactos da crise nos resultados obtidos em 2009 (queda de 42% em relação a 2008), em 2010, ao contrário do observado nos fluxos globais, o valor recebido pelo Brasil já foi superior ao de 2008, chegando ao patamar de 3,9% do total mundial. Em 2011, os dados preliminares acumulados até outubro já superaram o valor registrado em 2010 em 15%, podendo chegar aos US\$ 60 bilhões no acumulado do ano.

Em razão do montante de recursos envolvidos, cabe analisar de maneira um pouco mais pormenorizada a evolução recente dos fluxos de IDE para a economia brasileira, buscando avaliar em que medida tais fluxos podem estar associados a novos investimentos, contribuindo para a elevação da formação bruta de capital fixo.

Um primeiro aspecto a ser necessariamente ressaltado é que dentro dos fluxos de IDE observou-se, no período recente, o aumento da importância relativa dos empréstimos intercompanhia em relação ao total. Sobretudo em 2008, esses empréstimos foram responsáveis por 33% do total. Nos anos posteriores, porém, os fluxos de participação no capital continuaram respondendo por cerca de 80% do total, ou seja, mesmo desconsiderando os valores relacionados aos empréstimos intercompanhia, os volumes de IDE continuam sendo bastante significativos (Gráfico 2).



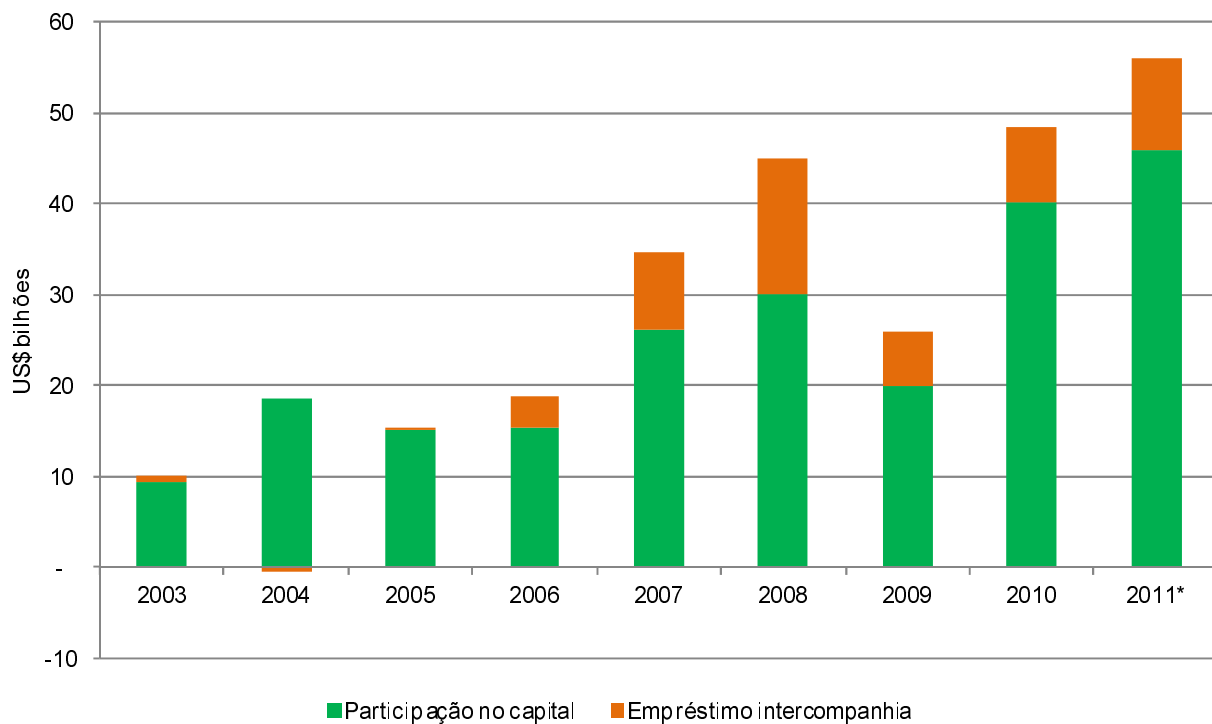
**Gráfico 1 - Investimento Direto Estrangeiro recebido pelo Brasil (1990 a 2011\*) (em US\$ bilhões e % do total mundial)**



Nota: \* Dados acumulados no ano até outubro.

Fonte: UNCTAD.

**Gráfico 2 - IDE recebido pelo Brasil: participação no capital e empréstimos intercompanhias (2003 a 2011\*) (em US\$ bilhões)**



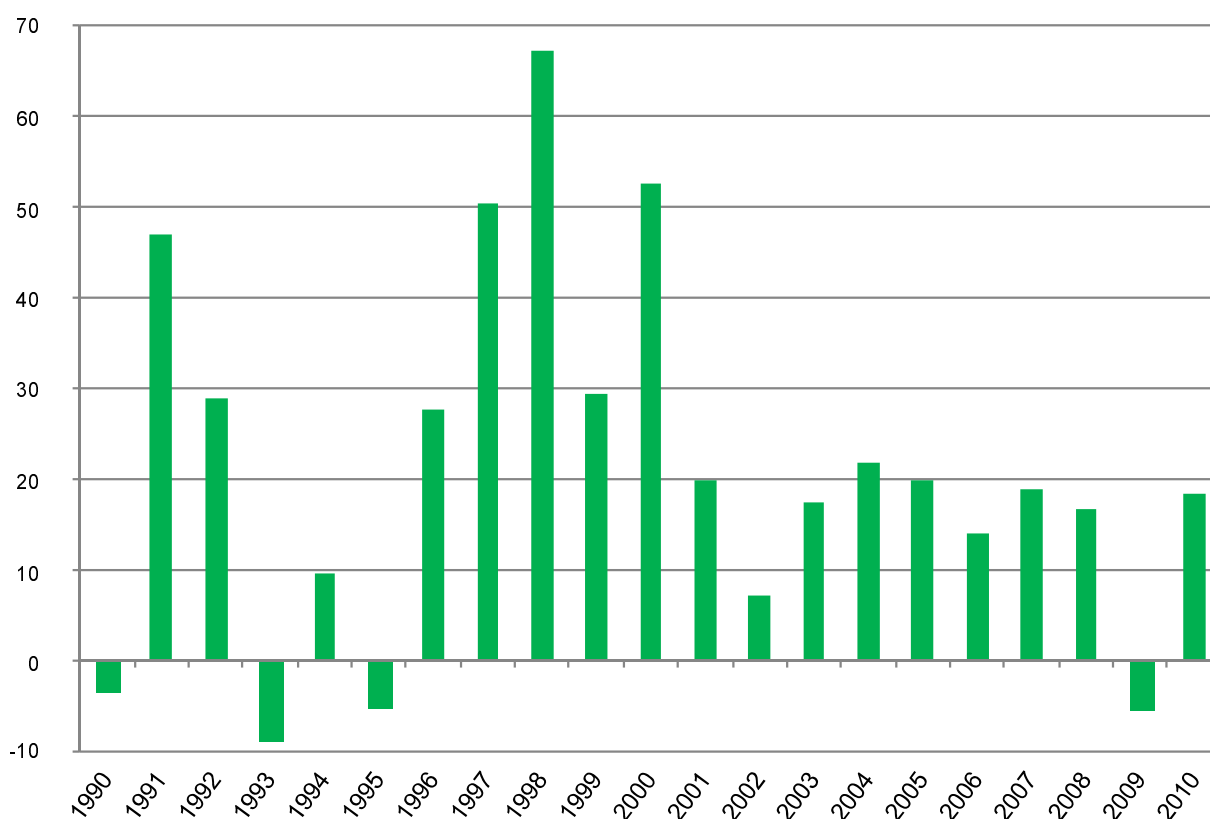
Nota: \* Dados acumulados no ano até outubro.

Fonte: Banco Central do Brasil.

É importante destacar ainda que, por um lado, os valores registrados como empréstimos intercompanhia também podem ter sido utilizados para financiar investimentos produtivos e, por outro, mesmo os valores registrados como participação no capital não necessariamente irão financiar novos investimentos. Em especial, porque os fluxos de IDE podem estar associados a operações de Fusão e Aquisição, ou seja, o valor registrado como IDE estaria apenas financiando a transferência de propriedade de ativos já existentes.

Novamente, vale destacar o ocorrido no ciclo de investimentos da segunda metade da década de 1990. Apesar do aumento do IDE, a elevada participação das Fusões e Aquisições<sup>2</sup> no período indicava um efeito reduzido sobre a formação de capital. Nesse período, em vários anos a participação foi superior a 50%. Já nos anos 2000, a participação das fusões foi bem menor, mesmo no período de crescimento mais acelerado do IDE a partir de 2007. Na média dos anos 2000, a relação entre o valor das Fusões e Aquisições e o IDE foi de 15% (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Brasil: relação entre o valor de Fusões e Aquisições e IDE recebido (1990 a 2010) (em %)**



Fonte: UNCTAD.

Outra informação que pode ser utilizada para medir o impacto do IDE sobre os investimentos domésticos é o indicador divulgado pela UNCTAD o qual relaciona diretamente o IDE com a Formação Bruta de Capital Fixo. Dada, porém, a importância dos valores relacionados a Fusões e Aquisições, optou-se por adaptar o indicador da UNCTAD, mostrando a relação entre os fluxos de IDE menos o valor das Fusões e Aquisições em relação à formação bruta de capital. Vale destacar que ainda assim,

o indicador deve ser analisado com cuidado, pois, como a formação bruta de capital é medida em reais e convertida para dólares, a evolução da taxa de câmbio produz influência significativa sobre o indicador.

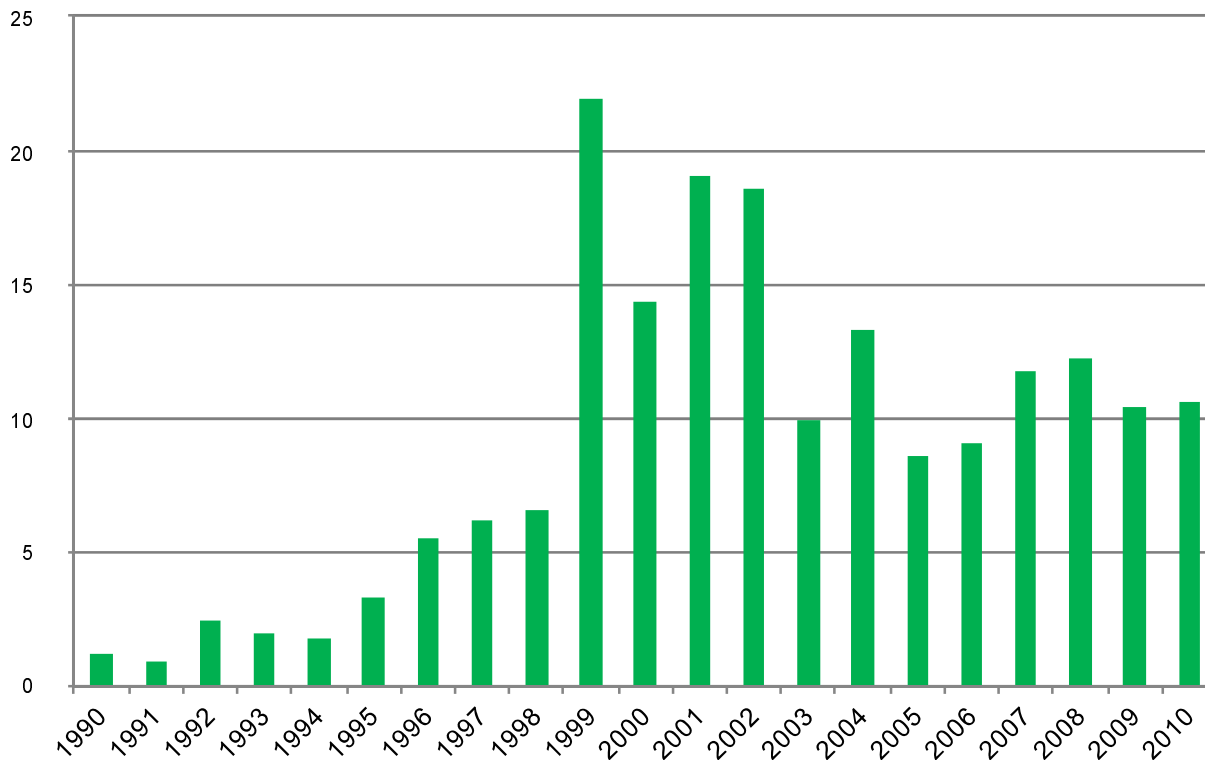
O período 1999-2003 apresenta uma tendência a superestimar a contribuição do IDE para a

<sup>2</sup> O valor das Fusões e Aquisições é divulgado pela UNCTAD e envolve o valor líquido, ou seja, o valor das aquisições de empresas por estrangeiros, descontado o valor da aquisição de filiais estrangeiras por residentes no Brasil.

formação de capital justamente pela influência do câmbio (Gráfico 4). No ciclo mais recente, a partir de 2006, quando o câmbio apresentou, por sua vez, tendência de maior valorização, a relação ficou entre 8% e 12%. Interessante notar

que esse percentual é superior ao observado na segunda metade dos anos 1990 (também de câmbio valorizado), quando esteve por volta de 6%.

**Gráfico 4 - Relação entre IDE (menos valor de Fusões e Aquisições) e Formação Bruta de Capital (1990-2010) (em %)**



Fonte: UNCTAD e Banco Central do Brasil.

Finalmente, os últimos dados a serem analisados dizem respeito aos anúncios de projetos de investimentos *greenfield* no Brasil, provenientes da base FDI Markets. Tais dados foram compilados pelo Financial Times a partir de informações corporativas e de acompanhamento da imprensa especializada. Eles são complementares aos analisados anteriormente, uma vez que englobam apenas projetos de investimentos *greenfield* para instalação ou expansão de capacidade. Inversamente, esses dados também apresentam limitações, pois, em grande parte, são projetos anunciados pelas empresas e, às vezes, podem ser cancelados ou realizados em montante e/ou com *timing* diferente do que foi anunciado e captado pela base de dados<sup>3</sup>. Julgou-se, porém, que, se interpretados com cuidado e como tendência geral (e não

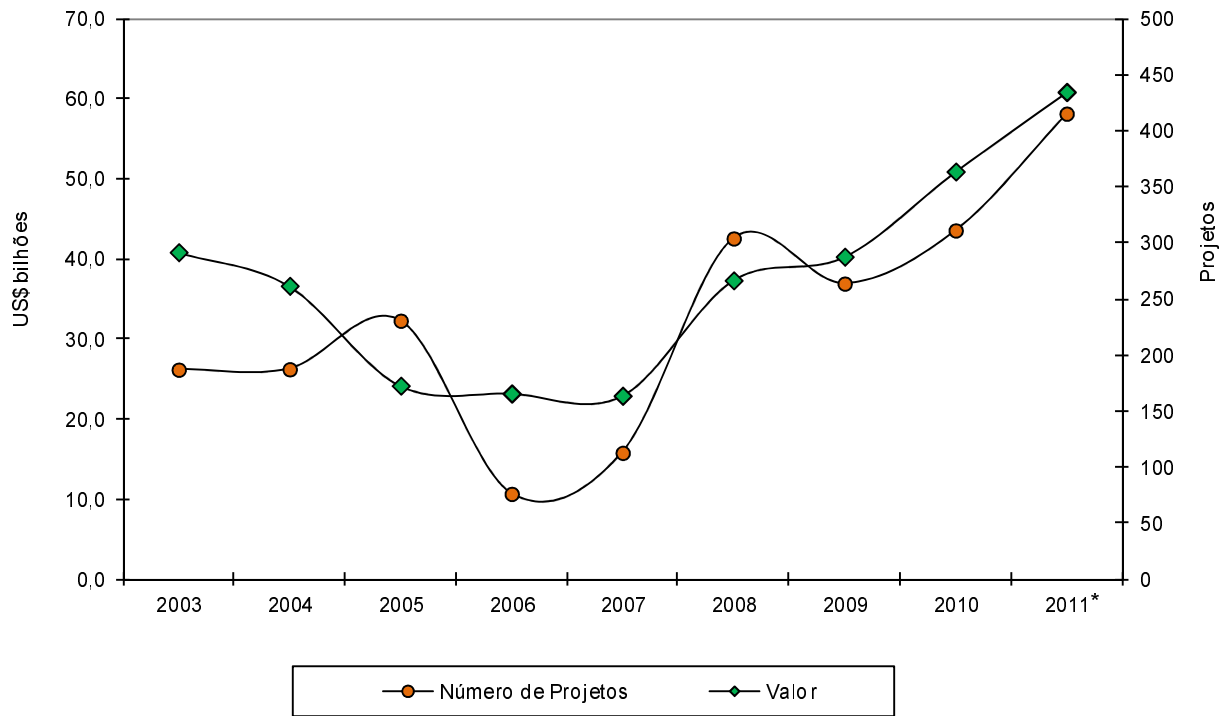
como investimentos efetivamente realizados), os dados podem fornecer indicações importantes ao processo ora em análise.

É possível perceber que, de maneira um pouco diferente da observada nos dados de IDE, a tendência mais forte de crescimento tanto dos valores registrados de projetos de investimentos quanto do número de projetos começa a ocorrer a partir de 2008 (Gráfico 5). Também se verifica que a crise de 2009 praticamente não afetou os indicadores os quais continuaram a crescer em 2010 e 2011. Mesmo considerando apenas o período de janeiro a outubro desse último ano, o valor dos 435 novos projetos de investimentos anunciados atingiu US\$ 58 bilhões.

O aumento verificado nos últimos anos em um contexto de crise mundial com redução dos projetos de investimento *greenfield* no mundo (o valor registrado em 2010 foi 45% menor do que o registrado em 2008) significou um aumento considerável da importância relativa do Brasil no contexto global (Gráfico 6).

<sup>3</sup> A base de informações é constantemente atualizada para minimizar esse tipo de problema, porém não é possível evitar totalmente tal distorção.

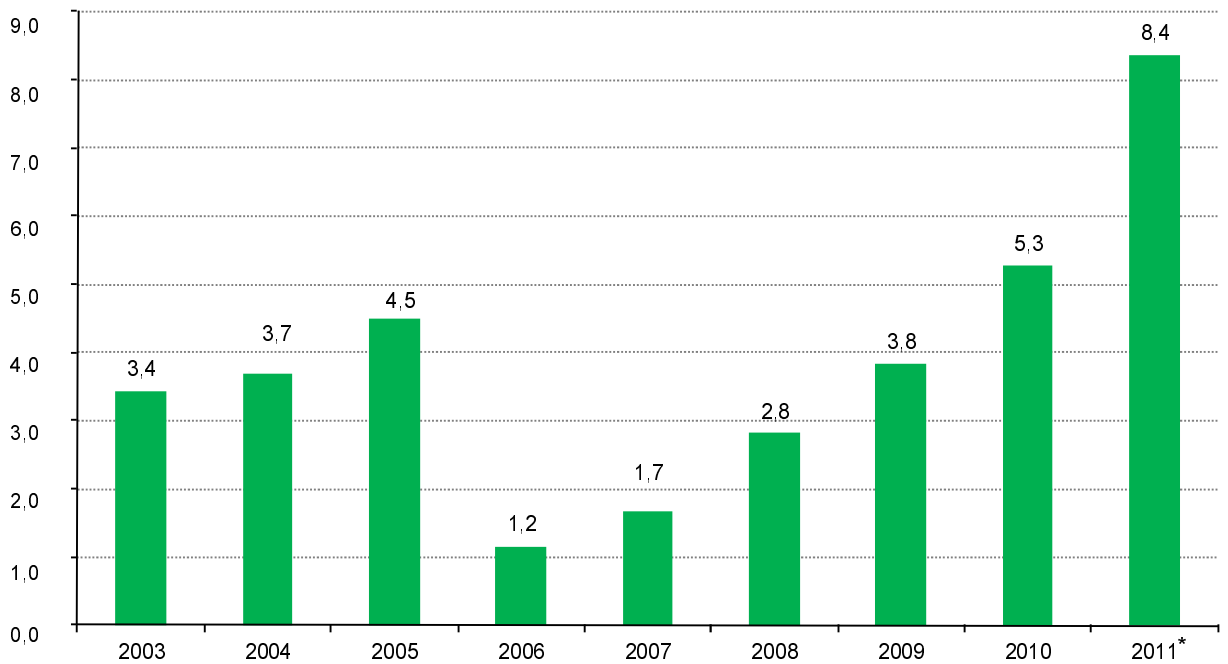
**Gráfico 5 - Brasil: projetos *greenfield* anunciados (2003 a 2011\*) (em US\$ bilhões e número de projetos)**



Nota: \* Dados acumulados no ano até outubro.

Fonte: FDI Markets.

**Gráfico 6 - Participação relativa do Brasil no valor dos projetos *greenfield* mundiais (2003 a 2011\*) (em %)**



Nota: \* Dados acumulados no ano até outubro.

Fonte: FDI Markets.

Do ponto de vista do país de origem dos investimentos, os dados revelam existir ainda uma elevada concentração nos países centrais, sendo que mais da metade dos valores acumulados entre 2008 e 2011 teve como origem os países da União Europeia (Tabela 1). Estados Unidos e

Canadá representaram 21,2%, enquanto os países desenvolvidos da Ásia responderam por 10,4%. Entre os países em desenvolvimento, a Ásia apresentou maior número de projetos de investimento, com 8,7%, seguida pelos países da América Latina.

**Tabela 1 - Valores dos projetos *greenfield* por região de origem**  
(valores acumulados de 2008 a outubro de 2011)  
(em US\$ milhões e % do total)

País/Região	US\$ milhões	% do total
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>156.225</b>	<b>86,1</b>
União Europeia	98.822	54,5
Estados Unidos e Canadá	38.492	21,2
Ásia	18.910	10,4
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>25.140</b>	<b>13,9</b>
Ásia	15.712	8,7
América Latina	7.153	3,9
África	1.140	0,6
Outros	1.133	0,6
<b>Total</b>	<b>181.365</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FDI Markets.

Observando os países individualmente, os Estados Unidos aparecem como principal investidor, seguido por Alemanha, Reino Unido e Japão (Tabela 2). Entre os países em desenvolvi-

mento, vale a pena destacar a China que registrou um valor acumulado de US\$ 10,1 bilhões de projetos de investimento no período.

**Tabela 2 - Valores dos projetos *greenfield* por país de origem**  
(valores acumulados de 2008 a outubro de 2011)  
(em US\$ milhões e % do total)

País de origem	US\$ milhões	% do total
Estados Unidos	36.418	20,1
Alemanha	20.030	11,0
Reino Unido	19.291	10,6
Japão	15.800	8,7
França	14.242	7,9
Espanha	11.452	6,3
Itália	11.065	6,1
China	10.132	5,6
Luxemburgo	10.101	5,6
México	3.173	1,7
Coreia do Sul	2.962	1,6
Austrália	2.957	1,6
Suíça	2.480	1,4
Portugal	2.360	1,3
Holanda	2.354	1,3
Demais	16.547	9,1
<b>Total</b>	<b>181.366</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FDI Markets.

Do ponto de vista setorial, é interessante notar a concentração observada no setor de Mineração e Metalurgia que reuniu quase 40% do volume total (Tabela 3). Também, é importante observar que vários outros setores apresentaram volumes significativos de anúncios de inves-

timentos, envolvendo tanto setores industriais e o automotivo quanto setores de serviços como o de telecomunicações, passando inclusive por segmentos onde o Brasil tem-se destacado como grande fronteira de expansão internacional como Energia Renovável e Petróleo e Gás.

**Tabela 3 - Valores dos projetos *greenfield* por setor de atividade**  
(valores acumulados de 2008 a outubro de 2011)  
(em US\$ milhões e % do total)

Setor	US\$ milhões	% do total
Mineração e Metalurgia	69.951,5	38,6
Telecomunicações	27.024,1	14,9
Automotivo	20.365,8	11,2
Alimentos e Fumo	11.665,6	6,4
Energia Renovável	11.072,6	6,1
Petróleo e Gás	4.623,1	2,5
Máquinas e Equipamentos	3.616,9	2,0
Química	3.335,0	1,8
Borracha	3.259,0	1,8
Serviços Financeiros	2.739,7	1,5
Transporte	2.299,4	1,3
Material e Construção	1.984,7	1,1
Bebidas	1.433,0	0,8
Componentes Eletrônicos	1.375,2	0,8
Setor Imobiliário	1.331,1	0,7
Outros	15.289,3	8,4
<b>Total</b>	<b>181.365,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FDI Markets.

Os dados analisados permitem concluir que, embora coadjuvantes, os investimentos estrangeiros têm representado um papel mais importante no ciclo recente de investimentos no Brasil. Mesmo depois do início da crise internacional, apesar da retração mundial, os anúncios de projetos de investimento no Brasil não arrefeceram, apresentando tendência de crescimento até 2011.

Se, por um lado, a crise internacional pode afetar as fontes de financiamento internas e externas das empresas para a realização de projetos de investimento no exterior, por outro, a busca por mercados grandes e com perspectivas de expansão futura acabam por impulsioná-las em direção aos mercados emergentes como forma de manter-se no jogo competitivo global. Compreende-se, assim, porque grande parte dos projetos de investimentos *greenfield* realizados no Brasil tem origem nos países desenvolvidos, embora recentemente países em desenvolvimento como a China venham ganhando impor-

tância. É possível verificar que, apesar da concentração no setor de mineração e metalurgia claramente associada ao aumento da rentabilidade relativa das atividades ligadas às *commodities*, setores associados ao mercado interno e onde o Brasil apresenta-se como uma das principais fronteiras de expansão mundial, como os setores de Energia Renovável e de Petróleo e Gás, também têm recebido volume de investimentos relevantes.

Apesar da continuidade do cenário de estagnação mundial, é possível esperar que o interesse por realizar investimentos no Brasil continue elevado nos próximos anos. Cabe à política industrial maximizar os efeitos positivos associados a tais investimentos, seja em termos de aproveitar ao máximo os possíveis encadeamentos produtivos com segmentos industriais e de serviços nacionais, como a indústria de bens de capital, seja em termos de transferência de tecnologia e de viabilizar atividades intensivas em conhecimento das filiais instaladas no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS e FONTES DE INFORMAÇÕES

ABDI/NEIT/UNICAMP. **Boletim de Conjuntura Industrial**. Setembro/2011.

Banco Central do Brasil. **Balço de Pagamentos**.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). **Coefficientes de Exportação e Importação** - Resultados do 2º trimestre de 2011.

Fundação Centro de Estudos para o Comércio Exterior (FUNCEX). **Boletim de Comércio Exterior**. Vários números.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Industrial Anual**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF)**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Mensal do Comércio**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais**. Contas Trimestrais.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). **Estatísticas de Comércio Exterior**. Vários anos.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Brasil Maior. Inovar para competir. Competir para crescer. Plano 2011/2014. Plano de Inovação do Brasil (PIB)**. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br>>. Acesso em: 2 set. 2011.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Vários anos.

UNCTAD. **World Investment Report 2011**. Genebra: Unctad.

**Projeto Gráfico**  
Marina Proni

**Tradução / Diagramação**  
Vernaculum Comunicações Internacionais

**Projeto da capa**  
Marcos Barros



